

A Economia Institucional e o Desenvolvimento Rural: Abordagens Teóricas e Evidências Empíricas

The Institutional Economics and Rural Development: Theoretical Approaches and Empirical Evidences

La Economía Institucional y el Desarrollo Rural: Enfoques Teóricos y Evidencias Empíricas

Recebido em: 01/08/2017

Aprovado em: 26/04/2018

Avaliado pelo sistema double blind review

Editoria Científica: Carolina Freddo Fleck

Cíntia Simões da Silva – UNIPAMPA (ninasimoes2@hotmail.com)

João Garibaldi Almeida Viana

Debora Nayar Hoff

Resumo: O presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre como as abordagens da Economia Institucional vem sendo aplicadas nos estudos sobre Desenvolvimento Rural. Para alcançar o objetivo proposto utilizou-se o método de levantamento bibliográfico documental. O trabalho apresenta o pensamento da Economia institucional, e as suas três correntes: Antigo Institucionalismo, a Nova Economia Institucional (NEI) e o Neoinstitucionalismo. Por último analisa as abordagens aplicadas nos estudos que envolvem o Desenvolvimento rural. O estudo demonstrou que as abordagens institucionalistas estão frequentemente presentes nos estudos do desenvolvimento rural por meio da análise de custos de transação, estruturas de governança, contratos e regras formais e informais. Nesse sentido, destaca-se que os principais temas abordados nos estudos analisados estão relacionados aos pressupostos da Nova Economia Institucional, demonstrando a corrente utilização dessa abordagem na observação dos elementos do ambiente rural. No entanto, ainda que pouco abordados, evidencia-se a aplicabilidade dos pressupostos do Antigo Institucionalismo e do Neoinstitucionalismo para a compreensão de fenômenos empíricos que envolvem o desenvolvimento rural. Identificando assim, a possibilidade de futuras investigações que envolvam essas abordagens.

Palavras-chave: economia institucional, desenvolvimento rural, nova economia institucional, antigo institucionalismo, neoinstitucionalismo.

Abstract: The objective of this article was to carry out a literature review on how the approaches of the Institutional Economics have been applied to studies on Rural Development. In order to reach the proposed objective the documentary bibliographic survey method was used. The paper presents the thinking of the Institutional Economics and its three currents: Old Institutionalism, the New Institutional Economics and Neoinstitutionalism. Finally, it analyzes the approaches applied in the studies that involves rural development. The study showed that institutional approaches are often present in rural development studies through analysis of transaction costs, governance structures, contracts, and formal and informal rules. In this sense, it should be noted that the main themes addressed in the analyzed studies are related to the assumptions of the New Institutional Economy, demonstrating the current use of this approach in the observation of elements of the rural environment. However, although little discussed, it is evident the applicability of the Old Institutionalism and Neoinstitutionalism presuppositions in the understanding of empirical phenomena that involve rural development. Thus identifying the possibility of future investigations involving these approaches.

Key words: institutional economics, rural development, new institutional economics, old institutionalism, neoinstitutionalism.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo realizar una revisión de literatura sobre cómo los enfoques de la Economía Institucional se vienen aplicando en los estudios sobre Desarrollo Rural. Para alcanzar el objetivo propuesto se utilizó el método de levantamiento bibliográfico documental. El trabajo presenta el pensamiento de la Economía institucional, y sus tres corrientes: Antiguo Institucionalismo, la Nueva Economía Institucional (NEI) y el Neoinstitucionalismo. Por último, analiza los enfoques aplicados en los

estudios que involucra el desarrollo rural. El estudio demostró que los enfoques institucionalistas están a menudo presentes en los estudios del desarrollo rural a través del análisis de costos de transacción, estructuras de gobernanza, contratos y reglas formales e informales. En ese sentido, se destaca que los principales temas abordados en los estudios analizados están relacionados a los presupuestos de la Nueva Economía Institucional, demostrando la corriente utilización de ese abordaje en la observación de los elementos del ambiente rural. Sin embargo, aunque poco abordados, se evidencia la aplicabilidad de los presupuestos del Antiguo Institucionalismo y del Neoinstitucionalismo para la comprensión de fenómenos empíricos que envuelven el desarrollo rural. Identificando así la posibilidad de futuras investigaciones que comprendan estos enfoques.

Palabras clave: economía institucional, desarrollo rural, nueva economía institucional, antiguo institucionalismo, neoinstitucionalismo.

1. INTRODUÇÃO

A economia institucional é uma perspectiva teórica que indica a importância das instituições, age tanto na vida em sociedade quanto é influenciada por ela. A abordagem institucionalista trouxe uma visão evolucionária para a teoria econômica, opondo-se aos fundamentos estáticos da teoria neoclássica, e pressupondo que o ambiente econômico não é dado e faz parte de um processo histórico, enfatizando nessa trajetória a importância das instituições.

A abordagem institucional foi tratada de diferentes formas no decorrer da história econômica, surgindo assim, diferentes correntes teóricas. Para Conceição (2001), os estudos institucionais dividem-se em três correntes: o Antiguo Institucionalismo, estabelecida por Veblen (1919), Commons (1931) e Michell (1910); a Nova Economia Institucional com os estudos de Douglass North (1991), Ronald Coase (1937) e Oliver Williamson (1985); e a abordagem Neoinstitucionalista, com os pressupostos de Hodgson (1998), Rutherford (1998), Dugger (1988) entre outros. Nessas abordagens as instituições surgem como costumes, hábitos, regras formais ou informais, ou como organizações, que moldam e alteram o ambiente social e econômico.

Por outro lado, a área de estudos e pesquisa de economia e desenvolvimento rural é compreendida por elementos que englobam ações sociais, ambientais, econômicas e institucionais. No entanto, ainda que o objeto de estudo se apresente em constante transformação, as abordagens de investigação dos fenômenos agrícolas têm seus pressupostos recorrentemente vinculados ao *mainstream* econômico e aos conceitos de mercado e equilíbrio, deixando muitas lacunas quando busca-se entender as modificações do ambiente e os agentes do desenvolvimento no espaço agrário. Nessa perspectiva, para entender o desenvolvimento rural, parece acertada a aplicação dos conceitos teóricos da Economia Institucional, pois estes auxiliam na identificação e entendimento transformações ocorridas no espaço agrário, pontuando a importância das instituições em um processo histórico.

Considerado isso, esse artigo tem por objetivo realizar uma revisão na literatura afim de elucidar esses fenômenos e entender de que forma os conceitos de instituições estão sendo aplicados nos estudos sobre desenvolvimento rural. Para atingir o objetivo da pesquisa, utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Foram coletados artigos científicos publicados desde o ano 2000 os quais usavam a abordagem da economia institucional nos assuntos ligados ao desenvolvimento rural. As palavras-

chave utilizadas para localização dos artigos foram *instituições, ambiente institucional, economia, desenvolvimento rural, institutional economics, rural development e institutions*. Os periódicos foram identificados a partir de pesquisa realizada em bases que disponibilizam artigos completos, nacionais e internacionais, nas áreas das Ciências Administrativas, Econômicas e afins, especificamente Scielo e Periódicos Capes. O portfólio de artigos analisados contou com 17 artigos.

Busca-se apresentar os elementos necessários à essa investigação estruturando o artigo em cinco seções, a primeira com a introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico trazendo a Economia Institucional e suas subseções, apontando o Antigo Institucionalismo, Nova Economia Institucional (NEI) e Neoinstitucionalismo. A terceira seção apresenta as abordagens aplicadas ao Desenvolvimento Rural, e a última seção apresenta as considerações finais do estudo.

2. Economia Institucional

A Economia Institucional teve origem após o fim da Primeira Guerra Mundial no ano de 1918. O momento demonstrava a importância de melhoria de dados econômicos, análise de políticas e do papel potencial do governo na economia, oferecendo assim, oportunidades significativas para mudanças e para a investigação da economia, da educação e da política (RUTHERFORD, 2001).

O termo “Economia Institucional” foi apresentado pela primeira vez por Walton Hamilton em 1919, no seu manifesto “*The Institutional Approach to Economic Theory*”. Walton Hamilton reconhecia que a teoria econômica deveria ser baseada em uma teoria do comportamento humano onde o elemento principal para explicá-la eram as instituições. Assim, o termo instituição começava a ser visto como elemento-chave para a economia e objeto de estudo dos economistas (HODGSON, 2000).

A economia institucional ganhou força no final do século XIX com os estudos de Thorstein Veblen (1998), seguidos de John R. Commons (1931) e Wesley Mitchell (1910), determinando a escola do Antigo Institucionalismo. A abordagem institucionalista inseriu na economia conceitos sobre instituições, hábitos, regras e evolução, através de teorias e ideias específicas de instituições econômicas e tipos de economia baseadas em pesquisas psicológica, antropológicas e sociológicas. A economia institucional tinha como princípio fundamental a abordagem holística da atividade econômica e observava o sistema econômico como um sistema social e cultural (HODGSON, 2000).

Coase (1988), Williamson (1985), North (1991), e mais tarde, Hodgson (1998), Rutherford (1998) e Dugger (1988) retomaram os pressupostos institucionais, assim sugeriram duas novas correntes teóricas, a Nova Economia Institucional e o Neoinstitucionalismo. O institucionalismo, portanto, apresenta três correntes teóricas que, embora possuam pontos convergentes, apresentam inspiração e pressupostos distintos, especialmente entre as abordagens do Antigo e Neoinstitucionalismo e a Nova Economia Institucional (CONCEIÇÃO, 2016; RUTHERFORD, 2001).

Tal arcabouço teórico possibilitou compreender que os sistemas econômicos estão inter-relacionados com a evolução histórica de determinada sociedade, com as relações sociais, com a tradição, com a governança, com a coordenação das firmas e com o avanço tecnológico. Tendo como principal foco a importância das instituições no processo de tomada de decisão, de transformação e de desenvolvimento dos mais variados ambientes

econômicos. Assim, a seguir discute-se as principais contribuições referentes a cada abordagem.

2.1 Antigo Institucionalismo

O Antigo Institucionalismo tem seus fundamentos baseados nos estudos de Thorstein Veblen (1998), e surgiu para romper com as noções de equilíbrio, otimização e indivíduo passivo da Economia Neoclássica. Enquanto o pensamento neoclássico enfatizava as escolhas individuais, o Antigo Institucionalismo abordou os hábitos coletivos e a sua relação com a tomada de decisão da sociedade.

Thorstein Veblen (1998) iniciou os estudos institucionalistas defendendo uma ciência econômica que caracterizava o processo evolutivo das instituições. Veblen, abordava que as necessidades e os desejos, o fim e o objetivo, as vias e os meios, provinham dos hábitos dos indivíduos e eram funções de uma variável institucional de caráter totalmente instável, refutava a ideia neoclássica de um indivíduo visto como um ser imutável. Para o autor, o crescimento e as mudanças ocorridas nas instituições são resultado do comportamento individual das pessoas, uma vez que as instituições surgem por meio das experiências dos indivíduos.

A origem das instituições, para Veblen (1998), está nos hábitos de pensamento criados pelos antecedentes, hereditários e culturais dos indivíduos, que são compartilhados em uma determinada sociedade. Porém, esses hábitos somente serão vistos como instituições quando forem legitimados, transformando-se em regras ou normas de comportamento da sociedade.

Outro autor importante para os estudos do Antigo Institucionalismo foi Commons (1931), que caracterizou a Economia Institucional como uma síntese da Economia, Política, Direito e Ética. O autor abordou a importância das instituições para a economia, apontou que embora houvesse dificuldade em se obter um significado comum para o termo instituição, essa poderia ser caracterizada em uma ação coletiva de controle, liberação e expansão de ações individuais. Para ele, as instituições são movidas pelas crenças individuais, e esse reconhecimento é válido tanto na dependência das instituições sobre os indivíduos, quanto na moldagem das ações individuais pelas instituições.

Commons (1931) via a economia como algo comportamental e partilhava a ideia de que a análise do comportamento dos indivíduos é a questão chave para se entender as transações econômicas. O autor analisava o comportamento dos indivíduos enquanto os mesmos participavam das transações de mercado. A característica peculiar da vontade humana nas atividades econômicas é a escolha entre alternativas, que podem ser voluntárias ou involuntárias, imposta por outro indivíduo ou por uma ação coletiva (COMMONS, 1931).

Por sua vez, Mitchell (1910), debatia que a teoria econômica marginalista da época explicava a ação humana em termos hedonistas. Neste sentido a considerava superficial, pois o comportamento humano era visto como algo substancialmente ligado à racionalidade econômica e não influenciado pelo contexto social. Para o autor, no entanto, o contexto social era determinante, pois é através dele que as instituições sociais são manifestadas, moldando o comportamento dos indivíduos em padrões de conduta.

Mitchell (1910) considerava as instituições como um conjunto de hábitos que ganhavam a aceitação geral dos indivíduos, orientavam, através de regras, a conduta dos mesmos. O autor inseriu bases psicológicas nos estudos da ciência econômica, definiu as instituições como hábitos mentais, que agiam através de entidades e criavam regularidades na atividade econômica.

Rutherford (2001), ressalta que o Antigo Institucionalismo fez uma série de contribuições positivas para a economia. Em primeiro lugar, do ponto de vista da ciência a contribuição foi através da produção de estudos empíricos relativos aos ciclos de negócio, trabalho e movimentos de preços, e desempenhando um papel importante no desenvolvimento da contabilidade da renda nacional. Em segundo lugar, os institucionalistas contribuíram para uma série de debates chave na economia trazendo temas como psicologia e economia, comportamento empresarial entre outros assuntos, que foram ajustando o ponto de vista do movimento institucional.

2.2 Nova Economia Institucional

A Nova Economia Institucional (NEI) teve origem com os estudos de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North, e concentrou seus pressupostos nas operações de análise de custos de transação, direitos de propriedade, contratos e organizações. A NEI buscou ampliar os pressupostos da teoria neoclássica, explicou os fatores institucionais tradicionalmente tomados como dados, como os direitos de propriedade e estruturas de governança e, ao contrário do antigo institucionalismo, não como uma tentativa de substituir a teoria neoclássica (RUTHERFORD, 2001).

O surgimento da NEI ocorreu a partir do artigo “*The nature of the firm*” de 1937 de Ronald Coase, no qual é introduzida a ideia de custos de transação na análise econômica da firma. O autor procura explicar a expansão das firmas através das dificuldades em formar as relações mercantis e empregar o sistema de preços, demonstrando as diferentes características institucionais por meio de distintos tipos de atividades econômicas e variáveis de custos. O pensamento econômico para Coase tinha como objetivo principal propor a coordenação do sistema econômico por meio de mecanismos de preços, a fim de economizar os custos envolvidos nas transações econômicas das firmas (COASE, 1992).

A existência e o funcionamento das firmas em função das falhas do mercado foram elementos centrais de análise para Coase (1992). O autor questionou os motivos pelos quais uma firma permanecia no mercado, e chegou à conclusão que ela só continuaria a existir se executasse o papel de coordenação, reduzisse custos por meio de decisões administrativas internas, e não por transações de mercado. Portanto, para se alcançar um sistema econômico eficiente eram necessários planejamentos internos.

Ainda em sua abordagem, Coase critica o *mainstream* econômico pela sua abstração desligada do mundo real, e objetiva preencher uma lacuna deixada pela teoria neoclássica ao abordar a existência de custos nas operações de mercado, refuta a ideia que somente os custos de produção importavam em uma firma. Para o autor, os custos de transações podem ocorrer tanto no mercado quanto dentro da própria firma, e afetam a produção de bens e serviços, podendo ser reduzidos, mas não eliminados. Os custos com negociações a longo prazo e a elaboração de contratos, assim como a figura de um empresário responsável pelo direcionamento de recursos e redução de custos são os pontos essenciais abordados pelo autor (COASE, 1988; COASE, 1992).

Na sua compreensão de custos de transação, Coase (1998) destaca que o bem-estar de uma sociedade depende do fluxo de bens e serviços, e este por sua vez depende da produtividade do sistema econômico. No entanto, essa produtividade depende de uma especialização, que somente ocorrerá com a redução dos custos de transação. Nesse sentido, o autor destaca a importância das instituições nesse processo, enfatizando que o sistema jurídico, o sistema político, o sistema social, e a cultura de um país são fatores que regem o desempenho de uma economia sendo, portanto, fundamentais na determinação dos custos de transação.

Oliver Williamson aprofunda o conceito de custos de transação iniciada por Coase, agregando outras abordagens como a do direito e da administração nos seus estudos da Nova Economia Institucional. Ele pontua que a abordagem dos custos de transação para o estudo das instituições se refere à unidade básica de análise, e sustenta que a compreensão da economia dos custos de transação é fundamental para o estudo das organizações. As aplicações desta abordagem exigem que as transações sejam dimensionadas e que estruturas de governança sejam descritas e apropriadas às instituições, a fim de ocorrer a diminuição dos custos de transação (WILLIAMSON, 1985).

A economia de custos de transação segundo Williamson (1993), adota uma abordagem contratual para a organização econômica. De acordo com o autor, a economia de custos de transação se difere das outras abordagens pois é mais micro-analítica, é auto consciente sobre os seus pressupostos comportamentais, introduz e desenvolve a importância da especificidade dos ativos na economia, baseia-se em uma análise institucional comparativa, considera a a estrutura de negócios como uma estrutura de governança em vez de uma função de produção, atribui maior peso às instituições, e funciona a partir de uma combinação entre economia e organização.

A teoria de Williamson se tornou referência central da teoria da firma. O autor atribuiu importância às estruturas de propriedade na teoria dos custos de transação, porém a abordagem histórica e social das instituições foi pouco explorada, conservando assim alguns aspectos da teoria neoclássica em seus pressupostos. Destacando o papel da coordenação na redução das incertezas e as falhas de transações no mercado, protegendo a firma de comportamentos oportunistas dos agentes (TIGRE, 1998). A coordenação está relacionada com a construção que os agentes econômicos realizam com o intuito de reduzir os custos de transação, através de mecanismos utilizados para controlar uma situação, chamados de estruturas de governança. Estrutura de governança, para Williamson, é um quadro institucional em que a integridade de uma transação é decidida. Assim, para cada transação existe uma estrutura de governança mais econômica, em que mercados e hierarquias surgem como principais alternativas. As estruturas de governança interagem com o ambiente institucional; que são as regras formais do jogo nas quais se encontram as constituições, leis e direitos de propriedade; com a governança; acontece o alinhamento dos contratos e as transações; e com o comportamento dos indivíduos. Desta forma, as instituições de governança são suportadas pelo ambiente institucional e pelos indivíduos, objetivando a redução de custos (WILLIAMSON, 2000).

Douglass North também utiliza em seus estudos a ideia de custos de transação e de racionalidade limitada, porém voltados para o desenvolvimento econômico. Segundo Gala (2003), North busca o entendimento do progresso econômico através da

compreensão da evolução das instituições. O desenvolvimento econômico para o autor, portanto, está relacionado ao estudo do desenvolvimento das instituições.

Em estudos realizados na década de 1990, North aborda o problema enfrentado pelos agentes econômicos devido a existência das incertezas nas transações, introduz o conceito de instituições como facilitador da coordenação econômica e social. O autor pontua que os custos de transação são essenciais para o desempenho econômico de um país, e as instituições são responsáveis por determiná-los e reduzi-los e os custos de transação e produção. Para o autor, o conjunto de instituições políticas e econômicas oferecem transações de baixo custo possibilitando a existência de mercados, e impulsionando assim o crescimento econômico (NORTH, 1991; NORTH 1994).

A presença das instituições nas transações garantem que os direitos de propriedade e os acordos sejam cumpridos. O poder regulador das instituições, as questões de direito, e o ajuste das políticas do ambiente validam e alteram as transações. Desta forma, as instituições são vistas como econômica e politicamente adaptáveis às novas oportunidades, o que é fundamental para que a sua eficiência seja prolongada (NORTH, 1994).

Douglass North diferencia-se dos demais autores da NEI por considerar que as instituições fazem parte de um processo histórico, aproximando-se assim dos estudos weblenianos. Em seu livro *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* de 1990, o autor escreve sobre o desenvolvimento das economias e aborda as instituições, salientando que elas são invenções humanas impostas para regular as transações econômicas, políticas e sociais ao longo do tempo. Para o autor, as instituições foram criadas para colocar ordem e reduzir as incertezas das trocas, e juntamente com as restrições padrão da economia definem o custos de transação e produção da atividade econômica (NORTH, 1991).

Segundo North (1991) as instituições constituem as regras do jogo da sociedade e compreendem regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade) e regras informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta). Para o autor o grau de identidade que os indivíduos criam sobre as normas institucionais dependem da fiscalização ao cumprimento dessas regras, que podem ser exercidas por meio de códigos de conduta, sanções ou represálias. Para o autor as instituições são as regras do jogo da sociedade responsáveis por estruturar as interações políticas, econômicas e sociais. As instituições são responsáveis pela redução da incerteza nas trocas, e juntamente com as restrições impostas pela economia são responsáveis por determinar os custos de transação e produção da atividade econômica (NORTH, 1990).

O estudo de North (1990) aproxima as instituições das organizações. As organizações, no entanto, são tratadas como grupos de pessoas que buscam atingir um determinado objetivo. E as instituições são responsáveis pela existência das organizações, fornecendo subsídios para que ocorram os processos de produção e troca. As organizações, no entanto, tem a capacidade de realizar as “mudanças institucionais”.

2.3 Neoinstitucionalismo

Enquanto a NEI procura aproximar as instituições da teoria neoclássica, o neoinstitucionalismo critica o *mainstream* econômico e concebe uma teoria econômica

evolucionária, onde investiga-se a mudança através de uma abordagem histórica, estuda-se o processo social de mudança contínua, e considera-se a interação entre tecnologia e instituições (DUGGER,1990). Segundo Conceição (2007), o Neoinstitucionalismo retomou os estudos Veblenianos, influenciado pelos pressupostos da biologia evolucionária de Darwin, tendo como principais autores: Hodgson (1998), Warren Samuels (1995), Malcolm Rutherford (1998) e Dugger (1990).

Segundo Hodgson (1998), a ênfase nos fatores institucionais e culturais; a análise econômica interdisciplinar, a visão do indivíduo como sujeito ativo; e a utilização do conjunto histórico e comparativo das instituições, são pressupostos presentes no neoinstitucionalismo e que englobam a crítica ao *mainstream* econômico. As instituições para Hodgson (1992), são uma consequência dos processos de pensamento (hábitos) que são compartilhados pelas pessoas em uma determinada sociedade. Dessa forma, as instituições são sistemas duradouros de hábitos socialmente aceitos (instintos, cultura e ação), que restringem o comportamento dos indivíduos até que novos hábitos sejam criados. A capacidade de restrição das instituições sociais se moldam e dão origem a novas percepções e disposições dentro dos indivíduos. Com novos hábitos de pensamento e comportamento, surgem novas preferências e assim novos hábitos são compartilhados servindo como material característico das instituições, proporcionando-lhes maior durabilidade, poder e autoridade normativa (HODGSON,2007).

Os neo-institucionalistas consideram a evolução da estrutura social como um processo de seleção natural das instituições. Porém, as instituições não são só o resultado de um processo seletivo e adaptativo que molda os hábitos predominantes dos indivíduos, eles são, mecanismos especiais da vida e das relações humanas, e, portanto, são agentes dessa seleção. De modo que as mudanças nas instituições, ocasionam uma nova adaptação e evolução do temperamento individual, no ambiente em mudança, através da formação de novas instituições (HODGSON, 1992).

Segundo Dugger (1990) a abordagem evolutiva abordada pelo neoinstitucionalismo significa o estudo da mudança através de um processo histórico, social e de mudança contínua. A história de vida econômica do indivíduo é um processo de adaptações de meios e fins que cumulativamente mudam à medida em que o processo segue. Assim, a evolução das instituições acontece por meio das condições naturais (instintos), como resultado de um processo causal que não depende da intencionalidade ou da avaliação de um esquema institucional em comparação com outro. A mudança econômica é uma mudança de hábitos de pensamento. Na medida em que as mudanças ocorrem, acontece uma transformação no padrão de vida de uma parte ou da totalidade de uma população, que levará ao desenvolvimento de outros hábitos de pensamento descartando hábitos e instituições estabelecidos anteriormente (RUTHERFORD, 1998).

Segundo Rutherford (1998) a mudança institucional ocorre por meio dos instintos, pela influência de determinados ambientes, pela inserção de novos hábitos de pensamento e pela obsolescência das instituições anteriores. Deste modo, é resultado de uma evolução cumulativa das instituições econômicas, desenvolvida em termos de um processo genuinamente causal. O processo de mudança tem, portanto, uma natureza não intencional e ocorre como resultado da habituação através da influência de novas circunstâncias apresentadas pelo meio.

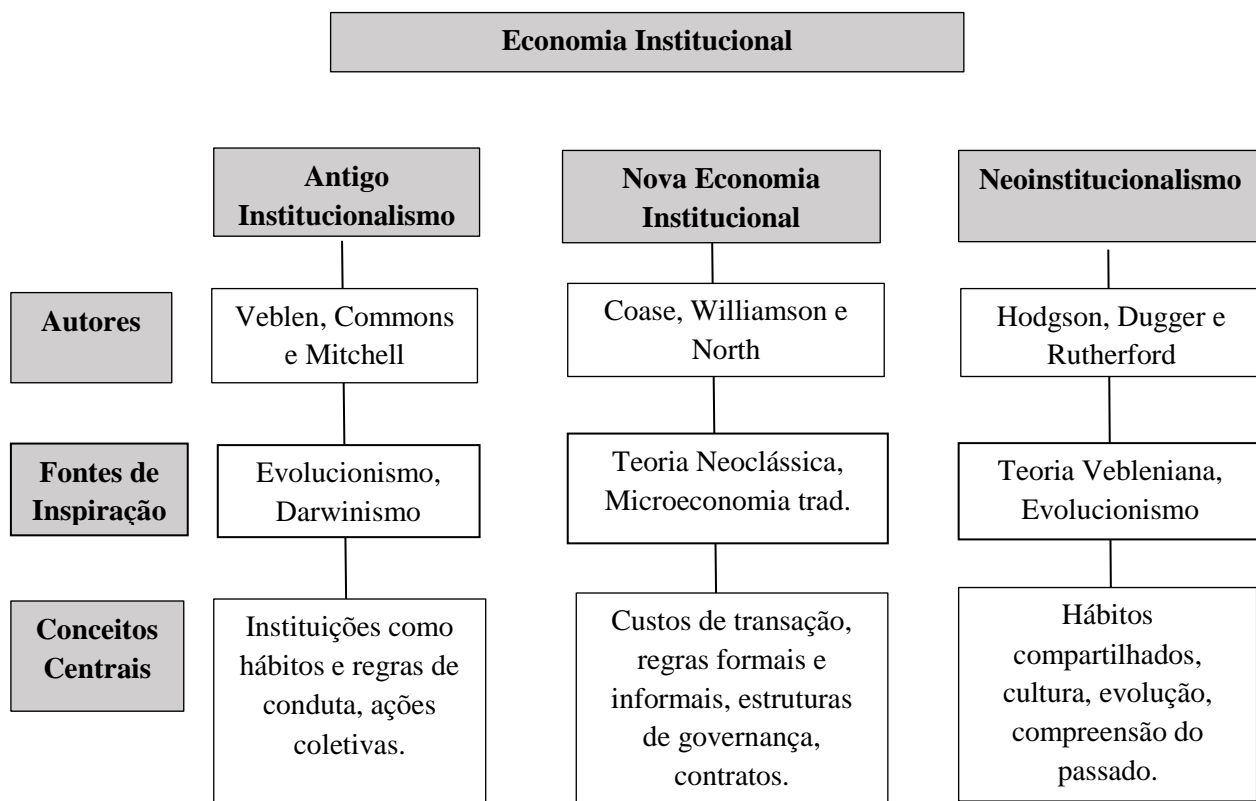
Nesse sentido, os neo-institucionalistas enfatizam o papel da cultura no processo causal. A cultura e os processos culturais têm um papel importante na formação das

identidades individuais, das metas, das preferências das mercadorias e dos estilos de vida, e impactam a vida econômica e a mudança institucional. A cultura possui interdependência contínua entre os indivíduos, onde o seu comportamento e escolhas contribuem para o enfraquecimento de elementos culturais já existentes, e permitem o desenvolvimento de novos elementos culturais (SAMUELS, 1995).

A abordagem neo-institucionalista contribuiu para a retomada dos estudos institucionais originais mostrando que as preocupações evolucionistas veblenianas têm uma relevância para o desenvolvimento da economia atual. Nesse sentido, pode-se destacar como principais perspectivas abordadas: o conceito evolucionário baseado nos conceitos de hábito e instinto individuais; o desenvolvimento de uma teoria de evolução socioeconômica de múltiplos níveis, envolvendo seleções de instituições e indivíduos; e a compreensão do papel das instituições, da cultura e da tecnologia no crescimento e desenvolvimento econômico (HODGSON, 2007).

De forma complementar, a figura 1 apresenta a síntese das abordagens institucionais que serão utilizadas para a análise dos artigos a seguir:

Figura 1: Síntese das abordagens da Economia Institucional



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do referencial bibliográfico.

3 ABORDAGENS APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL

A discussão acerca das abordagens institucionais aplicadas ao desenvolvimento rural necessita primeiramente de uma determinação do conceito de desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, Ploeg et al (2000) explica que o desenvolvimento rural se desdobra em uma extensa variedade de práticas distintas e por vezes interligadas. Entre essas práticas estão a paisagem, os valores da natureza, o agro turismo, a agricultura, e a produção de novos produtos e serviços visando a redução de custos. Complementarmente, Schneider (2004) indica que o desenvolvimento rural é definido como um processo que se origina de ações articuladas visando provocar transformações socioeconômicas e ambientais no meio rural a fim de ampliar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas das áreas rurais.

Para Kageyama (2004), a discussão sobre o desenvolvimento rural é algo inesgotável no ambiente teórico. Porém, entre tantas definições existentes ocorrem consensos em alguns pontos, dentre eles: a. de que rural não é sinônimo de agrícola; b. de que a densidade populacional nas áreas rurais é baixa; c. de que o rural é multissetorial e multifuncional; d. de que contemporaneamente inexistente uma separação clara entre o rural e o urbano. Assim, o desenvolvimento rural pode ser entendido como uma dimensão multidimensional em que são englobadas dimensões sociais, ambientais, econômicas e institucionais (NAVARRO, 2001).

Isso posto, nessa seção objetivou-se investigar, por meio da análise dos artigos publicados, os estudos empíricos sobre o desenvolvimento rural calçados nas abordagens da economia institucional. Assim, foi levantada uma parcela de artigos científicos publicados nos últimos dezesseis anos (2000 a 2016), a partir de pesquisa realizada nos Periódicos Capes e base de dados Scielo. Após leitura prévia foram selecionados, por ordem de relevância (ano de publicação, evento/periódico, principais autores utilizados no referencial teórico, número de autores), 17 artigos dos quais foram avaliados: a caracterização geral do trabalho (autores, data e local de publicação), a avaliação do conteúdo (objeto investigado e abordagem institucional) e, por fim, avaliação dos resultados e referências (identificação dos resultados obtidos e referências utilizadas). A análise permitiu a organização da tabela 1.

Tabela 1: Estudos Investigados

Artigo	Autores	Abordagem utilizada	Tema e Objetivos	Ano
A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural	SIMAN, R. F; CONCEIÇÃO, O. A; FILIPPI, E.E	Nova Economia Institucional	O estudo busca demonstrar a contribuição das abordagens institucionais para os distintos processos do desenvolvimento rural.	2006
Trajatória institucional do agro turismo em uma	ALVES, J. M; PAGLIARUSSI, M. S; DE	Nova Economia Institucional	Identificar a trajetória institucional das atividades econômicas ligadas ao agro	2013

colônia italiana	AQUINO, A. C. B		turismo.	
Importance of informal institutions in institutional arrangements with small producers: case of table grapes in the region of Jales	VILPOUX, O.F; DE OLIVEIRA, M. A.C	Nova Economia Institucional	Compreender os mecanismos institucionais utilizados por produtores de uva da região de Jales- SP.	2016
A Nova Economia Institucional e sua aplicação no estudo do agronegócio brasileiro	MENDES, K; FIGUEIREDO; MICHELS, I	Nova Economia Institucional	Investigar as contribuições limitações e contradições teóricas da NEI e as suas implicações no estudo do agronegócio brasileiro.	2015
Os impactos da organização do ambiente institucional no desenvolvimento do APL do município de Parintins na Amazônia	DE SOUZA, P. A ; ANDRADE, F. A. V; CORDEIRO, K.W.	Neoinstitucionalismo	Discutir a caracterização do ambiente institucional no desenvolvimento turístico de Parintins no Amazonas.	2012
Para além da interpretação do papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro: uma leitura sob perspectiva evolucionária-institucionalista	SILVA, P. X; CARIO, S.A.	Antigo Institucionalismo	Aplicar a os aspectos da teoria institucionalista na discussão sobre o cenário atual do desenvolvimento rural brasileiro	2016
Veblen's Institutional Approach and Agribusiness Coordination	MACEDO, L.O.B.	Antigo Institucionalismo	Investigar o pressupostos teóricos de Thorstein Veblen e sua aplicação na análise dos sistemas do agronegócio.	2017
O Crédito Rural na Região Noroeste de São Paulo Produtora de Uva de Mesa Sob a ótica Institucional	CORDEIRO, K.W ; TREDEZINI, C.A.	Antigo Institucionalismo e Neoinstitucionalismo	Investigar se o ambiente institucional existente na região, ligado ao financiamento rural atende as necessidades dos produtores familiares da região.	2010

Artigo	Autores	Abordagem utilizada	Tema e Objetivos	Ano
The new institutional economics: applications for agricultural policy research in developing countries	KHERALLAH, M; KIRSTEN, J.F	Nova Economia Institucional	Apurar as contribuições da NEI para a investigação da política agrícola nos países em desenvolvimento	2010
Institutional change from within the informal sector in Indian rural labour relations	OLSEN, Wendy; MORGAN, Jamie	Antigo Institucionalismo e Nova Economia Institucional	Verificar a formação das instituições informais nas relações de trabalho em um setor da área rural da Índia.	2010

SILVA, Cíntia Simões da; VIANA, João Garibaldi Almeida; HOFF, Debora Nayar. A Economia Institucional e o Desenvolvimento Rural: Abordagens Teóricas e Evidências Empíricas **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 1, n. 2, p.70-90, jul. 2017. Semestral.

Understanding informal institutions: Networks and communities in rural development	HIGH, Chris; PELLING, Mark; NEMES, Gusztáv	Nova Economia Institucional	Verificar as instituições presentes nas redes e comunidades rurais e como estas influenciam o desenvolvimento rural	2005
Transport and the rural economy: Institutions and institutional change in Ambeso Village, Indonesia	SABANDAR, William	Nova Economia Institucional	Investigar a interação entre melhorias de transporte e a economia rural em uma Aldeia rural da Indonésia.	2007
Institutional Change in Value Chains: Evidence from Tea in Nepal	MOHAN, Sarah	Nova Economia Institucional	Verificar como o contexto institucional intercede entre a valorização da cadeia de valor, e os meios de subsistência nas fazendas de chá, de pequena escala, do Nepal.	2016
A Governança no Arranjo Produtivo de Grãos de Santarém e Belterra, Estado do Pará: uma análise a partir do grão soja	OLIVEIRA, C. M SANTANA, A. C.	Nova Economia Institucional	Analisar as estruturas de governança estabelecidas no âmbito do Arranjo Produtivo Local de Grãos em Santarém e Belterra.	2012
Institutions in Theories of Land Markets: Illustrated by the Dutch Market for Agricultural Land	NEEDHAM, B.; SEGEREN, A.; BUITELAAR, E.	Nova Economia Institucional e Antigo Institucionalismo	Verificar a forma como as instituições, e a teoria institucionalista podem ser levadas em consideração nos estudos de mercados de terras e se a sua aplicação ocasiona melhorias nos resultados e nos processos do mercado.	2011
Uma perspectiva evolucionária da economia agrícola: o caso da produção ovina no Brasil e Uruguai	VIANA, J.G. A; WAQUIL, P. D	Antigo Institucionalismo, Neoinstitucionalismo	Analisar e comparar a configuração da ovinocultura através de uma perspectiva evolucionária e avaliar a probabilidade de aumento futuro da produção ovina através de variáveis institucionais e econômicas.	2014
Mudanças institucionais e produção familiar na cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense	OLIVEIRA, L.F; SILVA, S.P	Nova Economia Institucional	Analisar como aos agricultores familiares da cadeia produtiva do leite comportam-se diante das mudanças no ambiente institucional a partir de novas legislações.	2012

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da investigação.

O primeiro estudo analisado é o de Mendes, Figueiredo e Michels (2015), que se propôs investigar as contribuições limitações e contradições teóricas da NEI e as suas implicações no estudo do agronegócio brasileiro. A pesquisa foi realizada através da análise de alguns trabalhos sobre o setor agroindustrial que trouxeram em sua investigação assuntos relacionados a teoria abordada na NEI. Os resultados dessa pesquisa mostraram, portanto, que a utilização da NEI nos estudos do agronegócio pode

ajudar na análise de algumas situações como custos de transação e estruturas de governança, porém deveser utilizada com prudência procurando observar assuntos que ela não explica, evidenciando assim as variáveis históricas e sociológicas do objeto de estudo.

Siman, Conceição e Filippi (2006) utilizaram a Nova Economia Institucional e a Nova Economia Evolucionária para demonstrar como estas abordagens podem ajudar a compreender os distintos processos do desenvolvimento rural. Os autores realizaram observações sobre os enfoques teóricos da NEI e concluíram que ela tem contribuído para a compreensão do processo de desenvolvimento rural brasileiro, pois para entendê-lo é necessário um estudo aprofundado das instituições que aderem ao mundo rural e pelo estudo do papel das políticas públicas nesse processo. Nesse sentido, os autores mencionam o pressuposto que as instituições formais ou informais, de North (1991) são desenvolvidas para reduzir as incertezas nas trocas e reduzir os custos de transações e de transformação da produção. Desta maneira, o desenvolvimento rural exige uma compreensão da dinâmica da mudança econômica considerando este um modelo de política que especifica e impõe as regras informais, sendo essa a contribuição mais latente do aporte teórico da NEI.

Vilpoux e Oliveira (2016), realizaram um estudo para analisar e compreender o funcionamento dos mecanismos institucionais utilizados pelos produtores de uva na região de Jales em São Paulo, e utilizaram os conceitos de instituições formais e informais juntamente com o modelo de Economia dos Custos de Transação presentes na abordagem teórica da Nova Economia Institucional. Os autores identificaram, portanto, que as relações de confiança nas transações, com base na existência de instituições informais; entendidas como costumes, tradições e códigos de conduta; e de capital social entre os atores dessa região oferecem garantias e reduzem os custos de transação. Dessa forma os autores concluíram que os pressupostos da NEI foram eficientes para responder o objetivo proposto de demonstrar que as instituições informais são importantes para os pequenos produtores de uva de Jales.

Kherallah e Kirsten (2002) realizaram uma investigação sobre as contribuições da NEI para a investigação da política agrícola nos países em desenvolvimento. O estudo apresenta uma visão geral dos ramos de pensamento da NEI e as potenciais aplicações da teoria nos mercados agrícolas. A determinação de instituições formais e informais abordada por North (1991), seria útil para melhorar o desempenho econômico nos países em desenvolvimento e do desenvolvimento da agricultura nesses países. Os autores apontam cinco questões políticas agrícolas que podem ainda ser analisadas através da NEI: a agricultura por contratos e ligações verticais; as cooperativas e outras organizações de agricultores, pois as cooperativas são vistas como arranjos institucionais; os graus e padrões agrícolas, utilizando a literatura de custos de transação; o comportamento e o desempenho dos comerciantes agrícolas, utilizando a literatura sobre contratos e custos de transação a fim de identificar as instituições necessárias para o desenvolvimento; e o acesso a insumos e aos mercados de crédito rural através da investigação da teoria da firma com o intuito de identificar quais instituições teriam sucesso ao fornecer crédito as famílias rurais.

No estudo de Alves, Pagliarussi e De Aquino (2013) objetivou-se descrever a trajetória institucional das atividades econômicas ligadas ao agro turismo em Venda Nova do Imigrante – ES, através dos conceitos da Nova Economia Institucional. Através de entrevistas e análise documental os autores identificaram que o agro turismo nessa

região foi originado de uma herança cultural coletivista, reforçando a existência de uma instituição informal, e que essa orientação coletivista aos poucos tornou-se hábitos e rotinas dos indivíduos. Os autores concluem o estudo confirmando que as proposições teóricas da NEI, através da abordagem de Douglass North (1991) em que as instituições são vistas como regras formais e informais que definem os agentes econômicos e orientam o comportamento da sociedade, e sobre o processo de mudança institucional também abordada por ele, mostrou-se suficiente para evidenciar o estudo ajudando a descrever a trajetória institucional das atividades econômicas ligadas ao agro turismo em Venda Nova do Imigrante – ES.

De Souza, Andrade e Cordeiro (2012) discutiram a caracterização do ambiente institucional no desenvolvimento turístico de Parintins no Amazonas, utilizaram como base para a investigação as abordagens da Economia Institucional. Para a conclusão dos estudos, os autores utilizaram os autores Neo-institucionalistas, pontualmente os estudos de Hodgson (2001), e identificaram que as instituições baseadas nos costumes e tradições da localidade foram responsáveis pela criação de cooperativas que caracterizam o ambiente institucional do turismo. Distinguindo essas instituições como sistemas duráveis de organização e desenvolvimento de regras que estruturaram as interações sociais na região estudada.

No estudo de Silva e Cario (2016) buscou-se aplicar os aspectos da teoria institucionalista na discussão sobre o cenário atual do desenvolvimento rural brasileiro. Após investigação bibliográfica, os autores concluíram que o modelo de desenvolvimento institucional do Antigo Institucionalismo, Veblen (1998) contemplando instintos e indivíduos, hábitos de pensar e de vida, instituições e interesses, torna claros os objetivos individuais e coletivos, e qualifica as demandas do desenvolvimento rural brasileiro.

Cordeiro e Tredezini (2010) se propuseram investigar se o ambiente institucional existente na região, ligado ao financiamento rural atende as necessidades dos produtores familiares da região noroeste do Estado de São Paulo. Após a aplicação da técnica de coleta de dados, pesquisa bibliográfica e informações coletadas diretamente nas instituições ligadas a viticultura, os autores concluíram, a partir da utilização os pressupostos do Antigo Institucionalismo e Neoinstitucionalismo, que os produtores rurais familiares (indivíduos) influenciaram mudanças no sistema de financiamento rural (instituições), porém ambiente institucional ligado ao crédito atende parte das necessidades dos produtores

Mohan (2016) realizou um estudo para verificar como o contexto institucional intercede entre a valorização da cadeia de valor, e os meios de subsistência de 80 fazendeiros produtores de chá, de pequena escala, do Nepal. Para tanto, a autora utilizou os pressupostos da NEI, através dos estudos de Williamson (2000) e North (1990), a fim de caracterizar as condições locais, e os elementos da matriz institucional que afeta os meios de subsistência dos participantes da cadeia de valor. O estudo concluiu, que a atualização da cadeia de valor lança um processo de mudança institucional que pode ser resumido em uma tipologia, na qual destaca-se: as regras, estratégias, organizações e normas informais que afetam uma determinada intervenção de aprimoramento gerando benefícios para o lugar estudado.

Sabandar (2007) abordou na sua investigação a interação entre melhorias de transporte e a economia rural. Baseou o seu estudo na abordagem institucional,

principalmente na NEI, como base teórica para a análise. Usou as provas de uma Aldeia da Indonésia, o artigo examina a forma como as melhorias de transporte foram introduzidas fornecendo oportunidades para mudanças positivas, bem como respostas individuais a essas oportunidades. O artigo enfatiza o papel das instituições, como regras formais, na interação entre transporte e economia rural e a necessidade de que a política e a pesquisa de transportes transcendam suas fronteiras tradicionais e abordem as complexidades das instituições e das mudanças institucionais. Concluiu que as melhorias no transporte estimularam as mudanças na economia da aldeia como os padrões de emprego, produção agrícola, mercado rural, mercado de crédito rural, valores de terra e padrões de migração. A adoção dessas mudanças pelos indivíduos afetou principalmente a maneira de pensar e as capacidades econômicas dos indivíduos.

O estudo de Olsen e Morgan (2010) procurou verificar a formação das instituições informais nas relações de trabalho em um setor da área rural da Índia, utilizaram como base para o estudo os pressupostos do Antigo Institucionalismo de Veblen (1914), e da NEI de North (1989). Os autores puderam verificar que as relações no setor rural foram construídas através dos hábitos e costumes da população, os quais indicaram como as pessoas devem agir para realizarem as atividades conjuntamente. O trabalho rural da Índia é caracterizado pela informalidade, sendo assim os costumes e as tradições são os responsáveis por normatizar as relações de trabalho nesse ambiente, transformando-se em instituições informais.

No trabalho de Oliveira e Silva (2012) analisou-se como aos agricultores familiares da cadeia produtiva do leite do Oeste Catarinense comportam-se diante das mudanças no ambiente institucional a partir de novas legislações, por meio da utilização da abordagem da NEI. Para os autores o principal aspecto de interferência no ambiente institucional foi a introdução da Instituição Normativa n. 51 do Ministério da Agricultura, que determinou novas formas de produção, análise de qualidade, armazenamento, transporte e classificação do leite. Diante disso, os autores concluíram que a Instituição Normativa n.51 é considerada um marco regulatório na agricultura familiar da cadeia produtiva do leite do Oeste Catarinense e que suas principais consequências são em relação aos conflitos de interesses, às restrições no ambiente institucional, à contribuição para a integração da cadeia produtiva e aos comportamentos oportunistas.

Oliveira e Santana (2013) analisaram as estruturas de governança estabelecidas no âmbito do Arranjo Produtivo Local de Grãos em Santarém e Belterra, a partir das interações entre o ambiente institucional e os atores sociais, e as transações comerciais realizadas entre os agentes do APL. Os autores basearam-se na teoria de estruturas de governança de Williamson (1991), e através de uma investigação verificaram que os arranjos de Santarém e Belterra não são eficientes no desenvolvimento de uma estratégia de governança, pois não geram vantagens competitivas sustentáveis.

Needham, Segeren e Buitelaar (2011) verificaram a forma como as instituições, e a teoria institucionalista podem ser levadas em consideração nos estudos de mercados de terras e se a sua aplicação ocasiona melhorias nos resultados e nos processos do mercado. Os autores utilizaram os pressupostos da Nova Economia Institucional e do Antigo Institucionalismo, e concluíram que ambas teorias podem ser usadas para explicar os efeitos das mudanças que ocorrem no ambiente do mercado de terras, e também para projetar as políticas do ambiente rural. A partir de uma análise do

mercado holandês de terras agrícolas os autores verificaram que as instituições importam e que afetam os resultados obtidos nesse mercado.

Macedo (2017) buscou investigar os pressupostos teóricos de Thorstein Veblen e sua aplicação na análise dos sistemas do agronegócio. Através do argumento de Veblen que as instituições são o resultado de escolhas individuais e a aplicação de hábitos mentais, Macedo (2017) realizou uma avaliação do papel da Monsanto no mercado brasileiro de sementes geneticamente modificadas. De acordo com a avaliação realizada, o autor concluiu que a Monsanto pode ser considerada como uma instituição nesse mercado, porque seu desempenho impõe e estabelece rotinas e hábitos entre os agentes desse mercado, como por exemplo o esquema de cobrança de taxas de royalties nas instalações de comércio de soja e o papel de Monsanto na promulgação do regime de direitos de propriedade na região.

Higth, Pelling e Nemes (2005) buscaram verificar as instituições presentes nas redes e comunidades rurais e como essas influenciaram o desenvolvimento rural. Por meio do aporte teórico da NEI, os autores verificaram a importância da informalidade e das instituições culturais no ambiente rural, e concluíram que as instituições informais, caracterizadas pelos valores e interesses comuns compartilhados, regem os agentes econômicos das localidades rurais. Porém, não quer dizer que as estruturas formais são ou deveriam ser desnecessárias. Em vez disso, deve-se compreender as interações entre instituições formais e informais pois isso permitirá uma concepção mais efetiva do desenvolvimento rural.

O estudo de Viana e Waquill (2014) objetivou analisar e comparar a configuração da ovinocultura no Brasil e no Uruguai, por meio de uma perspectiva evolucionária, e avaliar a probabilidade de aumento futuro da produção ovina por meio de variáveis institucionais e econômicas. A partir de uma investigação da evolução da ovinocultura no Rio Grande do Sul (Brasil) e Uruguai, baseada nos autores do Antigo Institucionalismo, Neoinstitucionalismo e também Shumpeterianos, os autores identificaram que os comportamentos dos agentes da ovinocultura dessas localidades são determinados pelas características produtivas e econômicas essenciais à dinâmica agrícola, porém também são influenciadas pela hereditariedade, experiência, tradições e motivações pessoais. Ressaltando a importância das instituições na dinâmica e evolução dos mercados agrícolas.

A partir dos estudos analisados, verifica-se que o aporte teórico institucionalista vem sendo utilizado para investigar diferentes assuntos dentro da ótica do desenvolvimento rural. Notou-se ainda, que dentre os artigos analisados a corrente predominante foi a NEI, apresentando estudos direcionados às relações contratuais, regras formais e informais, economia de custos de transação, e estruturas de governança. Em relação aos estudos ligados as correntes do Antigo Institucionalismo e Neoinstitucionalismo, evidenciou-se que os mesmos englobam investigações sobre cultura, tradição, evolução de atividades, ações coletivas, e por vezes convergem com a noção de instituições informais abordadas pela NEI. Percebe-se, portanto, a crescente utilização da contribuição teórica da Economia Institucional nos estudos relacionados ao desenvolvimento rural, evidenciando ainda a possibilidade de aplicação desses pressupostos em investigações futuras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou realizar uma revisão da literatura a fim de identificar sobre como as abordagens da Economia Institucional vem sendo estudadas dentro da perspectiva do Desenvolvimento Rural, entre os períodos de 2000 a 2016. Utilizou-se, portanto, de uma análise bibliográfica documental a fim de levantar os dados pertinentes e alcançar o objetivo proposto.

O estudo apresentou as três abordagens da Economia Institucional: O Antigo Institucionalismo, a Nova Economia Institucional e o Neoinstitucionalismo; assim como analisar as contribuições realizadas pelos autores de cada abordagem no decorrer do tempo. O Antigo Institucionalismo associa-se aos pensamentos evolucionistas, e atribui que o comportamento do indivíduo é movido pelos seus hábitos, pensamentos e culturas. As interações entre os indivíduos originam as instituições e suas preferências são condicionadas às condições socioeconômicas instauradas pelas instituições. A NEI afastou-se dos pressupostos do Antigo Institucionalismo e aproximou-se do *mainstream* econômico, e incluiu na sua abordagem a noção que as instituições são formadas através de regras formais e informais, e concentra grande parte dos seus estudos nas operações de análise de custos, diretos de propriedade, economia de custos de transação, contratos e organizações.

Em uma análise apreciada a partir da fundamentação teórica, identifica-se que o aporte teórico institucionalista pode ser utilizado para a investigação das mudanças ocorridas nos mais diversos ambientes econômicos. Nesse aspecto, inclui-se os estudos sobre desenvolvimento rural, que por envolverem ambientes em constante transformação, utilizam cada vez mais as suas teorias para a explicação de fenômenos pertinentes ao seu objeto de investigação.

Após a análise de quinze trabalhos relacionados ao desenvolvimento rural demonstrou-se que as abordagens institucionalistas estão frequentemente presentes nos estudos do desenvolvimento rural por meio da análise de custos de transação, estruturas de governança, contratos e regras formais e informais, assuntos não atendidos pelo *mainstream* econômico. Nesse sentido, destaca-se que os principais temas abordados nos estudos analisados estão relacionados aos pressupostos da Nova Economia Institucional, demonstrando a corrente utilização dessa abordagem na observação dos elementos do ambiente rural. No entanto, ainda que pouco abordados, evidencia-se a aplicabilidade dos pressupostos do Antigo Institucionalismo e do Neoinstitucionalismo para a compreensão de fenômenos empíricos que envolvem o desenvolvimento rural. Identifica-se assim, a possibilidade de futuras investigações que envolvam essas abordagens.

Salienta-se como desafio para os próximos estudos a realização de uma investigação em repositórios de dissertações e teses, a fim de averiguar com maior abrangência a aderência das abordagens institucionalistas nos estudos sobre o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Cíntia Simões da; VIANA, João Garibaldi Almeida; HOFF, Debora Nayar. A Economia Institucional e o Desenvolvimento Rural: Abordagens Teóricas e Evidências Empíricas **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 1, n. 2, p.70-90, jul. 2017. Semestral.

ALVES, J. M.; PAGLIARUSSI, M. S.; DE AQUINO, A. C. B. Trajetória institucional do agroturismo em uma colônia italiana. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 15, n. 2, 2013

COASE, R. The Nature of the Firm. In: **The firm, the market and the law**. Chicago, London, University of Chicago Press, 1988.

COASE, R. The Institutional Structure of Production. **The American Economic Review**, sept. vol 82, n° 4, 1992.

COASE, R. The New Institution Economics. **The American Economic Review**, vol 88, n° 2, may. P. 72-74, 1998.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950-75**. Fundação de Economia e Estatística, 1984.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 85-108, 2016.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise econômica**. Porto Alegre. Vol. 19, n. 36 (set. 2001), p. 25-45, 2001.

COMMONS, J. R. Institutional economics. **The American economic review**, p. 648-657, 1931.

DUGGER, W. Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

DUGGER, W. The New Institutionalism: new but not Institutionalist. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n. 2, p. 423-431, 1990.

EGGERTSSON, T. Economic behavior and institutions: Principles of Neoinstitutional Economics. **Cambridge University Press**, 1990.

HIGH, C.; PELLING, M.; NEMES, G. Understanding informal institutions: Networks and communities in rural development. In: Transition in Agriculture, Agricultural Economics in Transition II, **Institute of Economics Hungarian Academy of Science**, Budapest., 2005.

HODGSON, G. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 415-431, 1998.

HODGSON, G. The revival of Veblenian institutional economics. **Journal of economic issues**, v. 41, n. 2, p. 324-340, 2007.

HODGSON, G. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.

HODGSON, G. What is the essence of institutional economics? **Journal of economic issues**, v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: **Congresso da SOBER. SOBER. Cuiabá**. 2004.

KHERALLAH, M; KIRSTEN, J.F. The new institutional economics: applications for agricultural policy research in developing countries. **Agrekon**, v. 41, n. 2, p. 110-133, 2002.

MACEDO, Luis Otavio Bau. Veblen's Institutional Approach and Agribusiness Coordination. **International Business Research**, v. 10, n. 2, p. 124, 2017.

MENDES, K; FIGUEIREDO; MICHELS, I. A nova economia institucional e sua aplicação no estudo do agronegócio brasileiro. **Revista de Economia e Agronegócio-REA**, v. 6, n. 3, 2015.

MITCHELL, W. The rationality of economic activity: II. **The Journal of Political Economy**, 18, n. 3, p.197-216, mar. 1910.

MOHAN, S. Institutional Change in Value Chains: Evidence from Tea in Nepal. **World Development**, v. 78, p. 52-65, 2016.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NEEDHAM, Barrie; SEGEREN, Arno; BUITELAAR, Edwin. Institutions in theories of land markets: illustrated by the Dutch market for agricultural land. **Urban studies**, v. 48, n. 1, p. 161-176, 2011.

NORTH, D. C. Economic performance through time. **The American economic review**, v. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge university press, 1990.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NORTH, D. C. Understanding the process of economic change. In: **Forum Series on the Role of Institutions in Promoting Economic Growth**. 2003.

SILVA, Cíntia Simões da; VIANA, João Garibaldi Almeida; HOFF, Debora Nayar. A Economia Institucional e o Desenvolvimento Rural: Abordagens Teóricas e Evidências Empíricas **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 1, n. 2, p.70-90, jul. 2017. Semestral.

OLIVEIRA, C. M; SANTANA, A. C. A governança no Arranjo Produtivo de Grãos de Santarém e Belterra, estado do Pará: uma análise a partir do grão soja. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 683-704, 2012.

OLIVEIRA, L.F; SILVA, S.P. Mudanças institucionais e produção familiar na cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 705-720, 2012.

OLSEN, W; MORGAN, J. Institutional change from within the informal sector in Indian rural labour relations. **International Review of sociology**, v. 20, n. 3, p. 533-553, 2010.

PLOEG, J. D. et al. Rural development: From practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, vol 40, n. 4, p. 391-408. 2000.

RUTHERFORD, M. Institutional economics: then and now. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 3, p. 173-194, 2001.

RUTHERFORD, M. Veblen's Evolutionary Programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**. V. 22, p. 463-77, 1998.

SABANDAR, W. Transport and the rural economy: Institutions and institutional change in Ambeso Village, Indonesia. **Asia Pacific Viewpoint**, v. 48, n. 2, p. 200-218, 2007.

SAMUELS, W. The presente state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**. London, v.19, p.569-590, 1995.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SIMAN, R. F; CONCEIÇÃO, O. A; FILIPPI, E.E. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. **Perspectiva Econômica**, v. 2, n. 2, p. 37-55, 2006.

VIANA, J. G.A; WAQUIL, P. D. Uma perspectiva evolucionária da economia agrícola: o caso da produção ovina no Brasil e Uruguai. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 471-494, 2014.

VILPOUX, O. F; DE OLIVEIRA, M. A. C. Importance of informal institutions in institutional arrangements with small producers: case of table grapes in the region of Jales, São Paulo, Brazil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 18, n. 1, 2016.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 22, p. 403-414, 1998.

WILLIAMSON, O. E. Hierarquies, markets and power in the economy: an economic perspective. **Industrial and Corporate Change**, v. 4, n. 1, p. 21-49, 1995.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism**. The Free Press, New York, 1985.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**. Vol. XXXVIII, pp. 595-613, 2000.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics and organization theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.